

ARTIGO

PAISAGEM, RURALIDADE E FUNCIONALIDADE TURÍSTICA

Anderson Pereira Portugal¹

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/BH - Brasil

RESUMO – Paisagem, ruralidade e funcionalidade turística. Este texto traz algumas reflexões acerca dos conceitos que envolvem a temática da funcionalidade turística da paisagem rural, tomando como referência as lógicas de ruralidade presentes no espaço brasileiro. O aspecto funcional das paisagens é uma das categorias de análise da apropriação do espaço pelo turismo, que vem subsidiando inúmeras pesquisas sobre a turistificação do rural brasileiro. Para tanto, realizou-se algumas reflexões, sobretudo a partir de propostas feitas por estudiosos ibero-americanos, que têm trabalhado com esta questão de forma mais sistemática nas últimas duas décadas. Em linhas gerais, pode-se dizer que a análise da (multi)funcionalidade do espaço relaciona-se ao seu uso produtivo e, neste sentido, o turismo, ao desenvolver-se em um determinado local, imprime-se na paisagem e a modifica. Por um lado, isto ocasiona benefícios para seus habitantes, mas, por outro lado, pode gerar pressões sociais capazes de provocar, acelerar ou agravar processos de degradação socioespacial.

Palavras-Chave: Paisagem. Funcionalidade. Rural. Turismo.

ABSTRACT – Paisaje, ruralidad y turístico funcionalidad. Este trabajo presenta algunas reflexiones sobre los conceptos que involucran la temática de la funcionalidad turística del paisaje rural, teniendo como referencia las lógicas de ruralidad presentes en el espacio brasileño. El aspecto funcional de los paisajes es una de las categorías de análisis de la apropiación del espacio por el turismo, que viene subsidiando inúmeras investigaciones sobre la turistificación del rural brasileño. Para esto, se realizó algunas reflexiones principalmente desde planteamientos teóricos hechos por expertos iberoamericanos, que tienen trabajado con esta cuestión de forma más sistemática en los últimos dos décadas. En líneas generales, se puede decir que el análisis de la (multi)funcionalidad del espacio si relaciona al uso productivo y, en este sentido, el turismo, al desarrollarse en un determinado local, imprímese en el paisaje, modificándolo. Por una parte esto ocasiona beneficios para sus habitantes, pero por otro parte, puede generar presiones sociales capaces de provocar, acelerar o agravar procesos de degradación socioespacial.

Palabras Claves: Paisaje. Funcionalidad. Rural. Turismo.

¹ Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/Campus Pontal e Professor do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará.

INTRODUÇÃO

O Brasil é de fato um país de paisagens culturais e naturais muito complexas e que possuem atratividades turísticas inquestionáveis. No entanto, a diversificação paisagística, sobretudo no espaço rural, tem exigido dos seus estudiosos um esforço constante no sentido de compreender as dinâmicas produtivas responsáveis pelas constantes transformações que vêm ocorrendo no rural brasileiro.

Surge daí uma série de questionamentos que vêm inquietando muitos pesquisadores brasileiros, pois a análise da função turística envolve um sistema conceitual controverso, complexo e muitas vezes polissêmico. Neste sentido, procurou-se com este artigo, contribuir com o debate apresentando algumas reflexões acerca dos conceitos que envolvem a temática da funcionalidade turística da paisagem rural, tomando como referência as lógicas de ruralidade presentes no espaço brasileiro.

O aspecto funcional das paisagens é uma das categorias de análise da apropriação do espaço pelo turismo, que vem subsidiando inúmeras pesquisas sobre a turistificação do rural brasileiro, sobretudo em sua porção centro-sul, onde o rural é entendido de forma culturalmente mais homogênea, relacionando-se aos domínios da agricultura, da pecuária, das atividades relacionadas à produção da agricultura familiar, ao agronegócio, entre outros apelos imagéticos.

Para tanto, realizou-se algumas reflexões, sobretudo a partir de propostas feitas por estudiosos ibero-americanos, que têm trabalhado com esta questão de forma mais sistemática nas últimas duas décadas. Em linhas gerais, pode-se dizer que a análise da (multi)funcionalidade do espaço relaciona-se ao seu uso produtivo e, neste sentido, o turismo, ao desenvolver-se em um determinado local, imprime-se na paisagem e a modifica.

Se por um lado isto ocasiona benefícios para seus habitantes, por outro lado, pode gerar pressões sociais capazes de provocar, acelerar ou agravar processos de degradação socioespacial. Daí a importância de se entender até que ponto uma dada paisagem rural pode de fato ser turistificada, ou seja, se ela deve ou não

receber uma nova função, um novo uso, uma nova demanda social. Espera-se com este artigo, colaborar com as reflexões já iniciadas por estudiosos do assunto e, ademais, com os planejadores do espaço turístico, pois se acredita que a compreensão das lógicas conceituais ora tratadas podem subsidiar boas propostas de intervenção na dinâmica socioespacial.

A PAISAGEM

A noção de funcionalidade espacial vem ganhando fôlego nos últimos anos no seio da Geografia brasileira, com notável produção entre os chamados geógrafos de orientação pós-estruturalista. São muitos os trabalhos que trazem importantes aportes ao entendimento da dinâmica funcional das paisagens, sobretudo no espaço rural brasileiro, onde as relações homem-meio são entendidas não só a partir da composição cênica do espaço, mas, sobretudo, a partir das relações culturais que impulsionam suas dinâmicas, sua concretude, suas virtualidades, entre outros aspectos.

O conceito de paisagem já foi (e ainda é) discutido por diversos pesquisadores, vindos de diferentes ramos do conhecimento científico, o que resulta em um amplo e complexo conjunto de concepções. Segundo Castro (2011), o termo paisagem é, em si, polissêmico e os estudos realizados por cada disciplina a ele relacionados são muito vagos e variados. De acordo com este autor, para a ciência geográfica a paisagem é um conceito-chave, ou seja, uma de suas categorias de análise mais importantes, mas se destacou de forma variada ao longo da história desta disciplina, pois em alguns momentos assumiu papel relevante nas análises espaciais, mas em outros foi relegado a uma posição secundária, para que conceitos como região, espaço, território e lugar pudessem assumir posição de maior destaque nas análises espaciais.

De acordo com Mateo Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007), entre 1850 e 1920 o conceito de paisagem constituiu-se como tema central da Geografia clássica, marcando a fase de surgimento das primeiras ideias físico-geográficas referentes às múltiplas interações dos fenômenos naturais, assim como (os primeiros conceitos)

desta categoria de análise. Porém, a partir da década de 1950, surgiram as contestações incorporadas a Geografia pelos pensadores de outras bases epistemológicas, o que fez com que a paisagem tivesse sua importância reduzida, sobretudo com a emergência da chamada Geografia Regional.

Porém, na atualidade, com a emergência da Geoecologia pós-moderna e a Geografia Cultural, este conceito retornou ao debate, mas a problemática de seu significado permanece. Mateo Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007) afirmaram que nos dias atuais podem-se distinguir pelo menos cinco grandes concepções de paisagem: a) paisagem como aspecto externo de uma área ou território (estética e percepção); b) paisagem como formação natural; c) paisagem como formação antroponatural; d) paisagem como sistema econômico-social; e) paisagem cultural.

Para os estudos da Geografia do Turismo, este(s) conceito(s) assume(m) papel de forte centralidade, pois são muitos os estudos sobre espaços receptores que a ela atribuem forte significado. A paisagem surge nesta abordagem como a dimensão visitada do espaço. É onde o turismo se materializa por meio de novas formas e novos usos dos destinos; é ela que possui (ou não) potencial atrativo e é ela que se degrada com os fluxos excessivos.

Para Milton Santos, a paisagem representa o mundo que se vê desde onde se está, no momento que se o observa. É “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1996, p. 61).

Sendo a paisagem o que se vê, o referido autor entende que ela seja a dimensão concreta do espaço, apreendida pelos sentidos sensoriais de um observador que a interpreta a partir de suas óticas culturais e intelectuais e, ainda, a partir do local de onde o sujeito realiza a observação (desde o solo, do alto de um edifício, a partir de um sobrevoo... enfim). A paisagem que resulta desta observação é fruto de um processo profundamente impregnado de subjetivismo, mediado pelas representações do imaginário coletivo que, por sua vez, dota-se de valores simbólicos (FERRETTI, 2002). A paisagem apresenta-se, nesta perspectiva, com um

aspecto dual, constituindo-se simultaneamente de formas concretas e formas simbólicas (Castro, 2002).

Santos (1996) estabeleceu uma clara distinção entre os conceitos de espaço, região e paisagem. Para ele, esta última é constituída de num amplo conjunto de formas dinâmicas, que em um dado momento, expressa fisicamente as heranças que representam as sucessivas (inter)relações dos sistemas sociais e naturais. Nas paisagens, existem objetos do passado e do presente em uma construção transversal. Este acúmulo de distintas temporalidades materializadas nas paisagens foi chamado pelo autor de “rugosidades” e, nesta perspectiva, as formas concretas precisam ser entendidas não somente a partir de sua materialidade (formas), mas também a partir dos usos que se faz delas (função), o que dá sentido subjetivo ao significado daquilo que se vê.

A FUNCIONALIDADE TURÍSTICA DA PAISAGEM RUAL

Rodrigues (1997), ao escrever um texto em homenagem ao eminente professor Dr. Milton Santos, valendo-se do acervo legado à Geografia mundial por este autor, lembrou que dentre as categorias de análise do espaço geográfico proposta por Santos (1997), a função, é uma das mais importantes para os estudos do turismo.

As paisagens são formadas por conjuntos complexos de elementos constituintes, que pertencem aos sistemas naturais e sociais que estão em constante interação e transformação. Em cada momento da história, de acordo com os interesses vigentes na sociedade e as tecnologias disponíveis, estes elementos assumem funções muito específicas, que dão sentido ao funcionamento do território.

Em outras palavras, a funcionalidade se refere à utilidade atribuída histórica e culturalmente a cada um dos conjuntos complexos de elementos que compõem as paisagens. Portanto, para Santos (1997), corroborado por Rodrigues (1997), as funções são atributos historicamente justificados das formas espaciais. Estas duas categorias de análise (forma e função) vêm recorrentemente subsidiando estudos de funcionalidade turística de diversas localidades e despertando o interesse de

pesquisadores do Brasil, do Chile, da Argentina, de Portugal e da Espanha, só para citar alguns.

Portuguez (2011) lembra que a acumulação de usos produz os “multiusos”. É o uso que atribui funcionalidade à forma e, nesta perspectiva, a funcionalidade sobreposta origina a multifuncionalidade. Em outros termos, está-se a dizer que as formas da paisagem desempenham papéis que lhes são dados pelo sistema de ações-decisões vigentes em cada momento da existência da sociedade. Minguez Garía (2007) chamou este mosaico de “contraste funcional”. Mesmo que os papéis venham a mudar com o tempo, eles deixam marcas visíveis na dinâmica da paisagem. Em outras palavras, a multifuncionalidade é um conteúdo histórico que decorre dos multiusos. Ela é um produto cultural com localização física e sentido temporal.

A multifuncionalidade aparece muito comumente como tema secundário em pesquisas que tratam de temas como as urbanidades no espaço rural, mostrando que cada vez mais, a mudança de conteúdo da paisagem rural gera novos resultados do trabalho, originando paisagens complexas, multifacetadas, repletas de contradições e, nesta perspectiva, com fortes alterações em seus sentidos funcionais.

O turismo, como lembrou Rodrigues (1997) é um fenômeno social fruto da modernidade urbano-industrial. Sendo assim, na medida em que esta atividade se consolida no espaço urbano, ela se vale de uma série de infraestruturas consideradas imprescindíveis para sua operacionalização. No entanto, quando se expande para o meio rural, o turismo tende a tecnicá-lo e até mesmo urbanizá-lo em certa medida.

A agregação de elementos típicos do conteúdo urbano no espaço rural não lhe tira seu caráter de ruralidade. O rural não deixa de existir, porém se tecnifica, se adensa, se desenvolve a partir de outras lógicas relacionadas a interesses específicos do poder público e/ou do capital. Geralmente, nos modelos tradicionais de desenvolvimento turístico, a funcionalidade turística do meio rural tem origem

exógena. Nasce, em geral, da necessidade recreativa da população citadina, tornando-se uma oportunidade de agregação de renda para a população rural.

Como em qualquer outro caso de funcionalidade, a função turística representa claramente um intrincado jogo de interesses (PORTUGUEZ, 2011). Na medida em que o turismo rural se consolida, o espaço rural passa a assumir novas funções estranhas ao seu conteúdo original, que se sobrepõe aos usos já existentes. No entanto, o meio rural não assume uma nova função graças apenas às suas belezas e supostos atrativos.

Este movimento de multifuncionalização é bem mais amplo que o crescimento do turismo em si, pois está ligado à própria necessidade de superação da pobreza em muitas áreas de tradição produtiva baseada na agropecuária.

O fenômeno da multifuncionalização turística do espaço rural pode ser entendido como a agregação de atividades produtivas em uma determinada organização territorial de modo a diversificar produtos, serviços e mercadorias na tentativa de criar condições para o aumento da renda e da oferta de postos de trabalho pela mesma.

As propriedades que assumem função turística necessitam de uma série de aportes que são típicos do espaço urbano. Bom lembrar que as experiências mais bem-sucedidas de turismo rural ocorrem em áreas onde há alta concentração de classe média. Este extrato social é, na realidade, a base de sustentação dos fluxos que afluem para as áreas de turismo rural. Como a maior parte da população brasileira mora nas cidades, o meio rural turistificado se vê obrigado a investir em determinados recursos que adensam sua composição técnica (luz, telefonia fixa e móvel, refrigeração, calefação, diversificação gastronômica, canais de TVs por assinatura, acesso à internet, espaços para eventos, entre outros).

Na medida em que o espaço rural absorve a expansão do conteúdo de urbanidade, ele passa a assumir algumas funções que são mais ligadas à identidade do espaço urbana. O movimento de expansão física e ideológica da urbanidade que em parte

dá origem ao que vem sendo chamado de “novo rural” tem motivado estas novas formas de uso e ocupação que, por consequência, atribuem novas funcionalidades.

Também é cabível afirmar que a multifuncionalização das propriedades rurais são fruto da complexificação do trabalho. O espaço é sensível a este movimento de agregação de funções. Se novas funções são acrescentadas sem a atrofia dos usos pré-existentes, o espaço passa a sofrer com os impactos decorrentes da superposição dos usos.

Por outro lado, a multifuncionalização pode, contraditoriamente, reforçar as atividades e funções primordiais do espaço rural, pois os turistas que viajam para o campo desejam ver “o campo”, com características de campo e, desta forma, desvincular-se pelo menos em parte do espaço urbano onde vive. A absorção de uma função turística, neste sentido, pode reforçar a identidade rural do espaço ao mesmo tempo em que densifica a tecnoesfera urbana em áreas rurais. É claro que a urbanidade presente no rural não lhe tira de um todo, a identidade pre-e-existente. Não se trata de uma mera substituição. Está-se aqui a falar e acumulações de tempos, de formas, de usos, de sentidos, de virtualidades e outros.

Minguz García (2007) mostra que em alguns casos, como nos espaços turísticos dos sítios históricos madrilenhos, a funcionalidade pode se manter original, ou mudar com o tempo, mas o turismo de certa forma resgata as funções históricas dos lugares.

ALGUMAS QUESTÕES PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO DO TURISMO RURAL

O espaço rural, como qualquer dimensão da sociedade atual, se expressa como complexo, dinâmico, articulado, conectado ao mundo global e fortemente impregnado de identidades. Desta forma, é comum que as funções que exercem resultem em conflitos de interesses e, nesta medida, em novas divisões socioespaciais.

As funcionalidades do meio rural estão intimamente relacionadas à sua dinâmica de uso e ocupação do solo. Se há uso turístico ou qualquer outra função não agrícola

deste espaço, é porque a paisagem ofereceu alguma condição para absorção de novas formas de apropriação econômica. O turismo (quando planejado com este fim) atribui funcionalidade recreativa às propriedades produtivas sem, no entanto, desejar substituí-las. Esta substituição funcional, caso ocorra, pode gerar graves problemas de sustentação financeira das unidades, que passam a ficar vulneráveis às flutuações do fluxo.

Cada meio rural se define por meio de suas peculiaridades. Não há um padrão de identidade único para as funções do meio Rural. (Portuguez, 2005). A noção brasileira de turismo rural sendo praticado em fazendas, sítios e chácaras, é uma característica de áreas predominantemente agrícolas. No entanto, deve-se destacar que há espaços rurais desérticos, glaciais, montanhosos, pantanosos, florestados e com uma série de outras características que dão origem a práticas turísticas diferentes das que no Brasil, são tradicionalmente chamadas de turismo rural.

Foca-se aqui nesta reflexão, o padrão de turismo rural mais praticado no Brasil, que é a visitação ao meio rural produtivo e com funcionalidade predominantemente relacionadas à agropecuária.

Abramovay (1999) inspirou uma questão: até que ponto a população rural está dotada de prerrogativas para tirar proveito do dinamismo agregado pela multifuncionalidade? A agregação de uma determinada funcionalidade implica obrigatoriamente na materialização de novos interesses. Em muitas ocasiões, os interesses se contrapõem e resultam em conflitos funcionais. É o caso de locais cujo patrimônio ecológico enseja ações de proteção ambiental, que acabam por entrar em contraposição aos desejos de intensificação do uso do solo rural.

Os turistas não utilizam somente as propriedades rurais como paisagens/espaços de recreação e descanso. As estradas, os rios, as unidades de conservação e muitos outros espaços públicos passam a fazer parte da dinâmica de turistificação do meio rural. Desta forma, não só os atrativos privados que se multifuncionalizam. A infraestrutura pública também é submetida a novas experiências de uso. Na medida em que a funcionalidade turística se consolida no meio rural, apropriando-se de suas

paisagens, o espaço público passa a ser objeto de planejamentos e de políticas públicas de incentivo e promoção do setor (PORTUGUEZ, 2011).

No Centro-Sul do Brasil, a agricultura familiar exerce papel importantíssimo na composição da oferta turística. O turismo rural vem agregando renda para muitas famílias, inclusive em áreas de reforma agrária. Em alguns casos o turismo rural promove também a incorporação de novas tecnologias gerenciais e operacionais nas propriedades, de sorte que cada vez mais, as fazendas assumem aspectos de empresas turísticas, com sofisticados sistemas de reservas, hospedagens, entretenimento e outras ações.

Segundo Rua (2006), o espaço rural, assim como o urbano, vem sendo percebido já há algum tempo como mercadoria (terra-mercadoria) que por meio do trabalho, pode gerar outras mercadorias e rendas obtidas com especulação.

Não se pode esquecer que o meio rural é lugar de morar e de relações humanas. Esta é uma função que o turismo rural vem impactando de forma bem direta. Se por um lado uma nova possibilidade econômica pode fixar o morador no campo, por outro vem incentivando a especulação imobiliária. O município de Domingos Martins no Estado do Espírito Santo é um bom exemplo deste movimento. O surgimento de condomínios rurais de luxo acaba por elevar sobremaneira o preço da terra, fato que motiva agricultores familiares a venderem suas propriedades para especuladores que criam verdadeiros paraísos para a construção e/ou aquisição de condomínios rurais e segundas residências.

Do ponto de vista antropológico, o espaço rural é lugar de resistência cultural, de folclore e preservação patrimonial. Este fato enseja duas reflexões: por um lado, o turismo vem se apropriando de muitos destes traços culturais e transformando as viagens em verdadeiras experiências pedagógicas. As áreas de imigração europeia do Sul e do Sudeste, por exemplo, representam muito bem este movimento de viajar para conhecer, experimentar e interagir.

A segunda reflexão é mais polêmica: a função da proteção cultural não deve ser necessariamente associada ao turismo. Proteger a cultura e o patrimônio é um ato

de civilidade, que se presta à manutenção da memória. Se os elementos protegidos devem ou não ser turistificados, é uma discussão posterior. De qualquer forma, muitos estudiosos do setor afirmam que a melhor forma de proteger o patrimônio cultural, rural brasileiro, é dar uso e função ao mesmo. Abre-se aí, espaço para o turismo cultural no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural, como todo espaço geográfico, é multifuncional. As sociedades complexas dos dias atuais obrigam os espaços habitados a se tornarem cada vez mais multifuncionais, refletindo as formas de apropriação do espaço pelo trabalho.

A necessidade de sobreviver e o desejo de acumular riquezas tornam as paisagens adaptadas às necessidades humanas. Passas a exercer funções produtivas. O turismo, neste sentido, vem desde a década de 1980, agregando novas funções e renda para o meio rural.

Não faz sentido agregar funções que não reproduzem o capital. Turismo rural, portanto, deve ser sustentável do ponto de vista operativo e financeiro. Deve agregar valor ao produto rural e viabilizar ocupações produtivas para as famílias e para os trabalhadores das unidades receptoras.

Com o turismo, o meio rural se torna lugar de diversão, de refúgio, de descanso, de contemplação, de eventos, de encontros religiosos, de aprendizado e outros. Nesta perspectiva, deve-se planejar muito cuidadosamente a turistificação do meio rural para se evitar que a nova função comprometa a harmonia do espaço rural. Impactos graves são caros e de difícil mitigação. Neste sentido, deve-se estar atento a todas as variáveis necessárias para controlar os possíveis efeitos indesejáveis da função turística do espaço.

Quando bem planejado, vislumbra-se a possibilidade de grandes benefícios tanto para os turistas, quanto para a comunidade receptora. Diga-se de passagem, é recomendável que a comunidade esteja de fato envolvida em todas as etapas do planejamento, consciente das repercussões positivas e negativas do turismo, para

que não se deslumbre excessivamente com as promessas de crescimento econômicas do turismo.

Recomenda-se que o turismo rural seja de baixo impacto, para tanto, que se evitem ações de reforço da sazonalidade e fluxos excessivamente grandes. O meio rural é frágil, portanto merece um planejamento focado em suas possibilidades, com muito respeito aos seus limites de uso.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo: ABRA, vol. 29 nºs 1,2 3 e jan/ago 1999, sp.

CASTRO, Demian Garcia. **Significado do conceito de paisagem**: Um debate através da epistemologia da Geografia. Disponível em <http://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm>. Acessado em 09 de julho de 2011.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo de estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002, p.121-140.

FERRETTI, Eliane R. **Turismo e meio ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

MATEO RODRIGUEZ, José M. SILVA, Edson V. da & CAVALCANTI, Agostinho P. B. **Geoecologia da paisagem**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: UFC, 2007.

MINGUEZ GARCÍA, Maia del Carmen. **Patrimonio cultural y turismo en los Reales Sitios de la Comunidad de Madrid y sus incidencias en el territorio**. Tese de Doutorado. Madrid: Departamento de Geografia Humana da Universidad Complutense de Madrid, 2007.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____, Turismo rural. In TRIGO, Luiz Gonzaga G. (org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005, p. 577-586.

_____, Funcionalidade turística e multifuncionalidade produtiva do espaço rural. In CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. 7., 2010, Presidente Prudente, . **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2010, sp.

RODRIGUES, Adyr A. B. . **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas temporalidades. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia: UFU, v. 1, nº. 1, 2006, p. 82-103.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

_____, Metamorfose do espaço habitado. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, **Espaço e Método**. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.